

Solidariedade transnacional: o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional

Andreia Skackauskas Vaz de Mello*

RESUMO

O propósito do presente artigo é analisar a solidariedade transnacional estabelecida entre movimentos sociais, utilizando como objeto de estudo de caso o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) de Chiapas, sul do México, que foi o primeiro movimento social latino-americano a utilizar-se ostensivamente da Internet, estimulando encontros internacionais com outros movimentos sociais com o intuito de estabelecer redes solidárias que promovessem resultados mais efetivos. A abordagem do tema justifica-se, portanto, pela necessidade de conhecer o significado da solidariedade transnacional entre movimentos sociais nas relações internacionais, sobretudo, em um momento em que as redes de movimentos sociais surgem como contraponto crítico ao processo econômico, político e social global atual. O conhecimento das redes de solidariedade serve para demonstrar o papel exercido por atores da sociedade civil organizada como grupos de pressão capazes de influir na construção de agendas em nível internacional. Assim, o artigo sugere que a solidariedade transnacional seja uma força motriz que está impulsionando esses atores a pensarem, dialogarem e agirem em nível internacional como forma de buscar soluções para problemas globais, o que pode significar mudanças no comportamento dos Estados e até mesmo uma maior capacidade de influência sobre as tomadas de decisões nas relações internacionais.

Palavras-chave: Solidariedade transnacional; Espaço de fluxos; Redes solidárias; Movimentos sociais; Esfera pública.

* Graduada em Relações Internacionais pela PUC Minas.

O presente artigo tem por objetivo analisar a solidariedade transnacional entre o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e outros movimentos sociais contemporâneos. Com efeito, o EZLN de Chiapas, no sul do México, foi o primeiro movimento social latino-americano a utilizar-se ostensivamente da Internet, estimulando diálogos e encontros com outros movimentos sociais com o intuito de estabelecer redes solidárias.

Os zapatistas representam um movimento que, como o seu próprio nome indica, liga-se a um dos expoentes da Revolução Mexicana de 1910, que teve como um de seus principais líderes Emiliano Zapata, no sul do país. A Revolução de 1910 tinha como objetivos acabar com a ditadura de Porfirio Díaz, liquidar com o feudalismo da região e instituir uma legislação agrária ajustada com a realidade mexicana; enfim, o seu principal propósito era a reforma agrária (NUNES, 1980). Em um ato de lembrança radical, o EZLN reenquadra subversivamente o símbolo da terra com valores tais como “Justiça, Liberdade e Democracia”. Por meio de um processo de reativação de significados contestados, o movimento zapatista se apresenta como um momento de resistência que é tanto cultural quanto geopolítico (SLATER, 2000).

Com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base – criadas pelo trabalho do bispo Samuel Ruíz, próximo da Teologia da Libertação¹ – e de ativistas de formação marxista – vindos das zonas urbanas e instalados nas regiões das montanhas de Las Cañadas, no Estado de Chiapas desde a década de 1980 –

¹ Os teólogos da Teologia da Libertação fazem uma releitura das Sagradas Escrituras na perspectiva dos oprimidos e condenam o capitalismo, considerando-o um sistema anti-humano e anticristão.

tendo à frente, como porta-voz, o subcomandante Marcos, os indígenas maias pegaram em armas em 1º de janeiro de 1994. Vários motivos foram levantados para a revolta, entre eles, a introdução de políticas econômicas neoliberais no México, a existência de uma “ditadura” de partido único no governo por mais de setenta anos – o Partido Revolucionário Institucional (PRI) –,² a distribuição desigual da terra, a discriminação racial contra os indígenas, a falta de acesso à educação e à saúde e a proliferação da miséria na região de Chiapas. Apesar de agirem no território mexicano, identificam-se como indígenas e exigem o direito do uso da terra e a sua autonomia política e cultural, a agenda zapatista esteve, desde o início, centrada na organização da sociedade civil como um todo. Para atingir esse objetivo, o movimento zapatista não se contentou apenas com a ampla exposição da sua revolta na mídia, buscou estabelecer contato com o mundo externo por meio da conexão com a rede mundial de computadores. Através do estabelecimento de diálogos bidirecionais com os vários setores da sociedade mexicana e de outros setores civis do cenário externo, o zapatismo pretendeu desde sua origem atuar em uma esfera pública transnacional, na qual as vozes a serem escutadas não ficassem restritas a uma representação formal dos governos (LEIS, 1995).

Em uma perspectiva mais ampla, pode-se perceber que as redes de movimentos sociais, tais como aquela formada a partir da iniciativa dos zapatistas, surgem como contraponto crítico ao processo econômico, político, social e cultural global atual, permitindo conhecer o significado da solidariedade transnacional entre movimentos sociais no âmbito das relações internacionais. A organização de redes solidárias na qual o zapatismo está envolvido, por exemplo, constitui-se em um amplo conjunto de fóruns e articulações variadas que conectam organizações e entidades populares. O desenvolvimento dessas redes é possível graças às interconexões de sentido entre o local (comunitário) e o global (transnacional), sobretudo, em um momento em que os movimentos locais e seus líderes têm alargado sua visão cotidiana original e descartado os remanescentes de seu sectarismo restritivo, ramificando-se em várias direções e juntando forças em frentes unificadas de ação (SCHE-RER-WARREN, 1993).

² Ainda que o Partido Revolucionário Institucional tenha sofrido uma importante derrota nas eleições presidenciais de 2 de julho de 2000, ele continua sendo o principal partido nas Câmaras de deputados e senadores, já que 20 dos 31 estados mexicanos são ainda governados pelo PRI (OLVERA, 2002).

O mote “pensar globalmente e agir localmente”, produzido a partir da organização das redes solidárias, demonstra que a solidariedade transnacional pode ser uma força motriz capaz de impulsionar os atores da sociedade civil organizada a pensarem, dialogarem e agirem em nível internacional como forma de buscar soluções para problemas globais. Essa iniciativa pode, portanto, gerar mudanças no comportamento dos Estados e, assim, influenciar a construção de agendas em nível internacional ou até mesmo as tomadas de decisões nas relações internacionais.

Por meio da análise da representação do espaço de fluxos para as relações sociais e tendo como objeto de reflexão as ações do EZLN e a solidariedade prestada por outros movimentos sociais europeus ao movimento mexicano, o presente artigo procurará identificar os mecanismos tecnológicos e as motivações políticas que têm permitido o estabelecimento de redes solidárias entre movimentos sociais. Paralelamente a isso, o artigo pretende também identificar as evidências que comprovem o estabelecimento do fenômeno da solidariedade transnacional, o que nos permitirá avaliar, sob uma perspectiva construtivista, até que ponto tais movimentos sociais organizados em redes solidárias compartilham de uma mesma visão de mundo e como isso influencia a sua tomada de decisões.

ESPAÇO DE FLUXOS E REDES SOLIDÁRIAS

As relações sociais no século XXI têm ocorrido sob uma nova forma, pois tanto o tempo como o espaço estão sofrendo transformações diante do efeito do desenvolvimento da tecnologia da informação. Sob essa perspectiva, o espaço e o tempo são definidos com base nas práticas sociais. Na medida em que o tempo e o espaço sofrem uma compressão, devido ao acelerado desenvolvimento tecnológico nos meios de comunicação e nos transportes, as relações sociais também sofrem transformações profundas.

Essa nova forma espacial à qual as relações sociais atuais estão submetidas é conhecida como “espaço de fluxos”. Porém, o uso da palavra “nova” para nos referirmos à forma espacial não quer dizer que o espaço de fluxos seja um fenômeno novo. O que ocorre hoje é que a compressão espaço-tempo passou a ser notada e sentida na vida das pessoas, tanto no nível individual como social, pois a aceleração dos processos globais de comunicação, transmissão, transporte e troca cria a sensação de que “o mundo é menor e as

listâncias mais curtas, e que eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância” (HALL, 2002, p. 69).

Segundo Castells,

O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. (CASTELLS, 1999a, p. 436)

Os fluxos estariam configurando o espaço e o tempo a partir de ligações contínuas nas quais fluem objetos tangíveis e intangíveis. Por meio de um movimento contínuo, objetos – informação, capital, tecnologia, indivíduos, produtos materiais, imagens, sons e símbolos – estariam sendo deslocados no tempo de um lugar para outro.

O suporte material do espaço de fluxos é constituído por um circuito de impulsos eletrônicos, tais como os sistemas de telecomunicações, de processamento computacional, de transmissão e transporte em alta velocidade. Em conjunto, esses sistemas formam a base material dos processos de interação e articulação espacial em rede.

O espaço de fluxos também é constituído por seus “nós” e centros de comunicação. Os centros de comunicação desempenham um papel coordenador que visa à interação de todos os elementos integrados na rede, ou seja, são considerados lugares intercambiadores nos quais ocorrem os fluxos de permuta de objetos. Os “nós” desempenham o papel de localização de funções estratégicas, que constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função-chave na rede. Assim, a localização do “nó” conecta a localidade com toda a rede (CASTELLS, 1999a).

Na medida em que representam atores sociais que estabelecem permutas de objetos, os “nós” interconectados formam uma “rede social”. De acordo com Castells (1999a), os atores que compõem essa rede podem ser instituições, grupos, movimentos sociais e até indivíduos, desde que sejam agentes com a prerrogativa da ação.

No caso específico de nosso objeto, o movimento zapatista desempenha o centro de comunicação, ou seja, coordena a interação de outros movimentos sociais, grupos e indivíduos pelo intercâmbio de seus comunicados em defesa de uma sociedade mais justa, igualitária e livre. Por sua vez, os “nós” são

representados por outros movimentos sociais que buscam os mesmos ideais ou reivindicam as mesmas coisas (a terra, por exemplo), ou grupos que simplesmente apóiam o movimento zapatista. Esses desempenham o papel de construir atividades estratégicas, como a preparação de material informativo, organização de fóruns, plebiscitos, manifestações públicas etc., com o intuito de “defender” o movimento zapatista e tornar conhecidas suas reivindicações e idéias.

Graças ao novo paradigma da tecnologia da informação, que fornece a base material, é possível a penetração e a expansão de toda uma rede na estrutura social. A Internet fornece uma infra-estrutura tecnológica capaz de mediar a comunicação através do tempo e do espaço. Assim, o fator tecnológico é o meio pelo qual a complexidade social cresce em objetivo e profundidade. Como resultado desse processo, as pessoas se tornam encaixadas em redes mais largas e ricas de interdependência (DEMO, 2002).

A Internet mostra-se como uma “arena conversacional” para movimentos sociais. Por intermédio dela, o espaço cibernético se desdobra, formando espaços nos quais os indivíduos discutem questões de interesse comum, formam opiniões e planejam as ações a serem implantadas fora das arenas formais da política tradicional. Fora dessas arenas, as ações e decisões das autoridades políticas institucionais podem ser confrontadas e criticadas pelo argumento racional sem o risco da coerção. Assim, as redes eletrônicas permitem que as pessoas interajam localmente ou transcendam as fronteiras dos Estados-nações, para trocar informação e compartilhar interesses comuns em fóruns virtuais, em escala global (MAIA, 2002).

No entanto, apesar de abrir as possibilidades para uma comunicação mais horizontal e democrática, a Internet não garante a participação de todos devido ao alto custo dos equipamentos para seu acesso e ao elevado índice de analfabetismo nos grupos mais subalternos, principalmente nos países menos desenvolvidos. Esses fatores criam “barreiras digitais” que reforçam as assimetrias e os eixos de exclusão socioeconômicos e culturais. E, ainda, essa tecnologia pode ser controlada por grupos de interesses, acarretando, como adverte Ribeiro (2000), um controle da rede. A chamada “nevasca de informações” – ou *White-out* – é um exemplo dessa forma de controle, que funciona como uma espécie de “censura invertida”. O acúmulo exagerado de informações – e mesmo de discussões – na Internet faz com que os indivíduos não consigam relacionar as informações que lhes interessam, o que os incapacita de formar opiniões concretas sobre a realidade.

Nesse contexto de insegurança acarretado pela quantidade inusitada de informações e pela dúvida quanto à sua credibilidade, a informação confiável e atualizada é um dos capitais mais valorizados nos dias de hoje. Segundo Ribeiro, “para evitar o *white-out*, os militantes [de organizações sociais] necessitam de uma definição e agendas claras de seus interesses para localizar a informação que seja relevante internamente aos labirintos opacos e sufocantes da Rede [Internet]” (2000, p. 478).

Movimentos sociais são altamente dependentes da comunicação para operar apropriadamente. Percebendo a possibilidade de uso da informação como estratégia política, o movimento zapatista tornou-se, de acordo com Castells (1999b), “o primeiro movimento guerrilheiro informacional”: a sua infraestrutura organizacional é a mídia e a *Internet* e as armas escolhidas por seus militantes são as informações.

Para o subcomandante Marcos, “devemos dizer o que temos de dizer. Se não fizermos isto agora, outros assumirão nossas vozes e mentiras sairão de nossas bocas contra a nossa vontade” (CASTELLS, 1999b, p. 104). O movimento zapatista usa os meios de comunicação, como a Internet e a mídia (principalmente a internacional), para transmitir as informações sobre o movimento. Dessa forma, os zapatistas criam um canal alternativo para se contrapor aos canais oficiais de informações, neste caso, os do governo mexicano. Além disso, respaldados na imagem positiva que têm na mídia e no contato fecundo que mantêm com outros grupos locais e internacionais, os zapatistas conseguem se livrar da repressão ostensiva do governo mexicano. Com isso, conseguem forçar a negociação por seus direitos e levar ao conhecimento da opinião pública mexicana e internacional a corrupção que assola o governo e a exclusão social da qual são vítimas (CASTELLS, 1999b).

É difícil de se afirmar até que ponto as informações transmitidas pelos zapatistas são verossímeis, porém a novidade desse movimento encontra-se principalmente na possibilidade criada por ele de lutar contra um “inimigo” mais poderoso, no caso o governo mexicano, utilizando armas de mesmo calibre.

Uma vez que a confiança é basicamente criada pela manipulação das informações, [esta] pode ser dissipada exatamente da mesma forma. Na nova ordem mundial em que a informação é a mais valiosa *commodity*, ela também pode ser muito mais poderosa que as balas. (TORRES *apud* CASTELLS, 1999b, p. 105)

Logo na sua aparição, em 1º de janeiro de 1994, ocasião em que invadiram sete cidades de Chiapas, o movimento foi violentamente reprimido pelo Exército. Apesar da ação do Exército ter sido considerada um sucesso do ponto de vista militar, ela representou um verdadeiro desastre político. No mesmo mês, a imprensa internacional já se mostrou contrária às ações do governo e favorável ao movimento zapatista:

Para o jornal alemão *Frankfurter Rundschau*, “os zapatistas são camponeses pobres que vivem entre a espada e a parede, suportando a mesma miséria que, há oitenta anos, provocou a Revolução Mexicana”. *La Stampa*, de Milão, condena “o monetarismo selvagem, que pode sanear as contas do Estado mas castiga os pobres”. O editorial do *Le Monde* traz o seguinte título: “Situação embaraçosa para o governo mexicano”. (FUSER, 1995, p. 35)

Em função da repercussão provocada na mídia, a partir desse momento, o movimento zapatista pôde estabelecer contatos quase simultâneos, por meio de redes como *Usenet* e *Peacenet*,³ com pessoas de todas as partes do mundo, as quais ampliaram o debate por meio do contato com outras pessoas interessadas em ajudar e saber mais sobre o movimento.

Aproveitando a ocasião, os zapatistas também organizaram um *site* que lhes permitiu colocar na rede, entre outras coisas, pronunciamentos, reivindicações e até o cronograma de suas atividades, como a participação do movimento em fóruns ou a organização de atos públicos.⁴

Assim, o uso dos meios de comunicação permitiu, de maneira inovadora, a criação ampla de redes de solidariedade, as quais visaram não somente à promoção dos direitos dos grupos indígenas e à democratização no México, mas também à organização de um movimento mundial contra o neoliberalismo.

A grande novidade do EZLN está no fato desse movimento ter conseguido entrar em contato e reunir movimentos sociais díspares tanto do ponto de vista ideológico como em termos de estratégia de ação. A distância cultural existente entre esses movimentos e, ao mesmo tempo, a sua proximidade, sobretudo pela sua participação em redes solidárias comuns, nos permitem falar na tentativa de construção, por parte desses movimentos, de uma “solidariedade transnacional”. Mas o que isso, realmente, quer dizer, principalmente em se tratando de atores não convencionais nas relações internacionais?

³ Essas redes eletrônicas de comunicação, ou *networks*, são organizadas pelo Institute of Global Communications.

⁴ O *site* do EZLN é <<http://www.ezlnaldf.org>>.

SOLIDARIEDADE TRANSNACIONAL

Embora esteja em voga ultimamente, sobretudo em face da intensificação do processo de globalização, o “fenômeno” da transnacionalidade não é algo novo, haja vista que, ao longo da história, sempre ocorreram práticas e interações que se realizaram fora das fronteiras de origem. Com efeito, os processos transnacionais remetem a

tudo aquilo que acontece fora das fronteiras nacionais, sem que isto subentenda uma automática ruptura com a nação de origem. (...) os processos são transnacionais quando os fatores da produção, ou seja, capital, ciência, cultura e tecnologia, e as forças vivas de trabalho, se realizam fora das fronteiras de origem. (RUBEN, 1993, p. 72)

Entretanto, não obstante o fato de há muito tempo existirem fenômenos transnacionais, a noção de transnacionalidade torna-se cada vez mais importante na atualidade. De fato, está havendo, hoje, um aumento significativo na diversidade dos acontecimentos que se realizam fora das fronteiras nacionais em comparação com as épocas em que os acontecimentos se restringiam, quase que absolutamente, a grupos populacionais específicos. Esse “aumento significativo” dos processos transnacionais pode ser visto como decorrência de fenômenos contemporâneos de caráter global, os quais tenderiam à anulação das barreiras alfandegárias e migratórias (RUBEN, 1993). Como exemplo desses fenômenos, temos o grande fluxo de bens econômicos, de tecnologia, de informações, de idéias, de fatores ambientais e de pessoas, que atravessam as fronteiras nacionais. Esse movimento de bens “tangíveis e intangíveis” estaria inibindo o desempenho dos atores estatais e produzindo, assim, novas realidades sociais, as quais vêm favorecendo a atuação de atores transnacionais provenientes das esferas do mercado e da sociedade civil (LEIS, 1995).

O espaço da transnacionalidade só pode ser percebido por metáforas, como a de uma “malha” ou “rede”. É nesse espaço que a rede de movimentos sociais se encontra e é a partir dele que se torna possível ligar o interior ao exterior ou perceber o entrelaçamento entre o global, o regional e o local, como se as demandas dos diversos movimentos representassem uma única aspiração. A solidariedade transnacional é um fenômeno que ocorre nas novas formas de mobilização e resistência dos movimentos sociais e está relacionado, principalmente, com a ação comunicativa estabelecida pelos atores sociais,

pois é por meio da utilização dos mesmos códigos de comunicação que eles expressam a sua reflexão e seu aprendizado do mundo social.

Podemos analisar a reflexão e o aprendizado desses atores sociais a partir da perspectiva construtivista, pois esse referencial teórico permite a abordagem dos padrões cognitivos estabelecidos nas relações sociais e, assim, a análise da forma como os movimentos sociais se organizam em redes solidárias por meio do compartilhamento de uma mesma forma de a realidade e de como essa visão afeta a sua tomada de decisões.

Os padrões cognitivos podem ser resultado do compartilhamento de valores e de comportamentos constituídos e reproduzidos de forma a se tornarem inteligíveis, fazendo assim com que os padrões cognitivos não apenas influenciem, mas se tornem eles próprios constitutivos dos padrões de ação dos atores sociais.

Esses padrões cognitivos passam por uma evolução nas interações sociais. A partir de um processo histórico qualquer, práticas sociais institucionalizadas são construídas por entendimentos coletivos do mundo social e se tornam, assim, sujeitas a mudanças evolutivas. Essa evolução cognitiva é um processo de inovação, difusão doméstica e internacional, seleção política e institucionalização efetiva que cria um entendimento intersubjetivo no qual se baseiam os interesses, as práticas e o comportamento dos atores (ADLER, 1999).

Os atores sociais na esfera internacional agem de forma dependente do conhecimento compartilhado, ou seja, são dependentes do “significado coletivo que eles atribuem à situação, de sua autoridade e legitimidade, das leis, instituições (...), de suas práticas, ou mesmo, algumas vezes, de sua criatividade conjunta” (ADLER, 1999, p. 203). A intersubjetividade se aproxima da idéia de atores que compartilham um ambiente comunicativo e, conseqüentemente, compartilham valores, responsabilidades e confiança mútua, os quais geram o sentimento de “nós”. Os significados intersubjetivos afetam quase que casualmente as ações dos atores por torná-las plausíveis ou implausíveis, aceitáveis ou inaceitáveis, concebíveis ou não. Quando se diz que afetam “quase casualmente”, queremos dizer que os interesses e preferências dos atores devem ser levados em consideração, porque apesar desses interesses e preferências dependerem de como os atores entendem o mundo social (HASENCLEVER; MAYER; RITTBERGER, 1997), ainda assim, cada ator tem sua própria percepção da realidade social.

Dessa maneira, interesses são vistos como produto da identidade dos atores, isso porque as identidades são as mais próximas causas de escolhas e pre-

ferências por determinados tipos de ação, não podendo ser entendidas fora de seus contextos normativo, cultural e institucional. No entanto, a identidade é resultado de práticas sociais que expressam seu poder na capacidade de reproduzir significados intersubjetivos, que, por sua vez, constituem estruturas sociais e atores da mesma forma (HOPF, 1998).

As interações sociais dentro de uma rede possibilitam a circulação de idéias e valores que são largamente compartilhados, o que poderia gerar ou facilitar a cooperação em ambientes em que falta um equilíbrio único, servindo de pontos focais que ajudariam a definir soluções aceitáveis para problemas coletivos. A solidariedade, nesse sentido, seria a principal força motriz para a cooperação, principalmente entre atores que não dispõem da prerrogativa da decisão nas relações internacionais.

A palavra solidariedade, entre vários significados, transmite a idéia de laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes, adesão ou apoio a causa, empresa, princípio etc. de outrem, sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação, ou da própria humanidade, ou ainda relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s) (FERREIRA, 1999).

A mesma forma de ver a realidade e agir para os interesses em comum, a moral, o sentimento de “nós” possibilita, no longo prazo, que a solidariedade transnacional crie situações de “soma não zero” e, assim, produza somas mais positivas que negativas, mais benefícios mútuos que parasitismo (WRIGHT *apud* DEMO, 2002). Dessa forma, a distribuição de movimentos sociais em redes gera um novo cenário de ação em que atores, antes só circunscritos ao ambiente político, econômico e social local, possam articular novas formas de ações, novas agendas e até estabelecerem novas formas de decisão no âmbito internacional.

O compartilhamento do mesmo ambiente comunicativo foi essencial para o desenvolvimento de redes solidárias. Nesse sentido, o mérito do EZLN, de acordo com o subcomandante Marcos, foi o de ter encontrado a frequência de comunicação capaz de produzir coincidências, reflexos ou espelhos das demandas zapatistas com demandas de outras partes do país e do mundo.

O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral, que em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar essa rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as

rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo (...) O zapatismo é como um aviso, uma lembrança, um espelho para que os outros se vejam. Essa é [a] visão, dentro do gorro passa-montanhas (OLIVEIRA, 2002).

O “gorro passa-montanhas” (ou máscara), utilizado pelos integrantes do EZLN, sempre sugeriu diversas interpretações, entre as quais aquela que faz referência à possibilidade dos integrantes não terem suas identidades reconhecidas pelo governo mexicano e, assim, evitarem repressões violentas. Porém, a interpretação mais disseminada pelo próprio grupo alude ao fato de que qualquer um, em qualquer lugar no mundo, pode identificar-se com um indígena zapatista e, em função disso, também pode manifestar-se e lutar como se fosse um, bastando para isso usar uma máscara. De acordo com o EZLN, a luta por direitos não precisa ser com uma arma: “pode ser com um microfone de rádio, com uma caneta, com um papel, com uma câmara fotográfica” (MOLINA, 2000, p. 206).⁵ Enfim, o símbolo do “gorro passa-montanhas” sugere que problemas comuns, sendo identificados em outras partes, podem criar frequências de comunicação entre indivíduos que estejam dispostos a superá-los juntos.

A frequência de comunicação do EZLN encontra-se não somente em pronunciamentos na mídia ou em diálogos na Internet, mas também em atos públicos, e é exatamente nesses últimos que se apresenta mais claramente o estabelecimento da solidariedade no nível transnacional, pois dependem da presença de grupos e indivíduos de outros países e até representantes de outras causas. Com efeito, essa solidariedade é construída por meio do intercâmbio, da troca de idéias e da formulação de estratégias coletivas, as quais são levadas a cabo nos plebiscitos, nos encontros intercontinentais e nas brigadas de observadores internacionais em Chiapas.

Em 27 de agosto de 1995, o EZLN convocou os cidadãos mexicanos para uma consulta nacional. O objetivo principal era dimensionar o EZLN como uma força política nova, independente, e permitir que ele se unisse a outras organizações políticas na luta pela democracia. Um milhão de mexicanos participaram e apoiaram o EZLN para que ele se tornasse uma força política independente. A consulta acabou se expandindo para outros países por meio da Internet e, por fim, deu origem à Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN).

⁵ Citação original: “(...) puede ser con un micrófono de radio, con una pluma, con un papel, con una cámara fotográfica” (tradução nossa).

A grande mobilização nos âmbitos nacional e internacional chamou a atenção para a necessidade de construir espaços de encontro entre os atores que demonstravam vontade de mudança democrática, independentemente da sua origem. Novas iniciativas foram lançadas pelos zapatistas como resposta ao êxito da consulta, entre as quais a proposta de realização, em âmbito internacional, dos Encontros Americano e Intercontinental contra o Neoliberalismo.

Em abril de 1996, o EZLN reuniu movimentos que lutavam por várias causas, do México e da América Latina, no Primeiro Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado em Realidad, Chiapas. E em 27 de julho do mesmo ano foi realizado nos Aguascalientes –⁶ localizados em Realidad, Morelia, La Garrucha, Oventic e Roberto Barrios, em Chiapas – o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que reuniu organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, além de intelectuais e jornalistas de todo o mundo.

O zapatismo acredita que encontros internacionais podem criar uma rede que ligue as resistências em todo o mundo, transformando-se no meio pelo qual os movimentos se apoiem uns aos outros. Por isso, ao final do Encontro Intercontinental foi proposta a criação de uma rede social global entre os movimentos participantes do encontro – a Rede de Lutas (*Red de Luchas*) – e uma rede global alternativa de comunicação. A Rede de Lutas remete a uma rede social formada de acordo com os moldes do espaço de fluxos exposto por Castells (1999a). Assim, o intercâmbio e a interação entre posições desarticuladas fisicamente seriam mantidos por atores da sociedade civil e configuradas por fluxos de objetos, como informações, experiências, indivíduos, imagens, símbolos etc.

Em 25 de julho de 1997, ocorreu o II Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que teve como sedes Madrid, Catalunya, Ruesta (Aragão), Almuñecar e El Indiano (Andaluzia), na Espanha.⁷ Como no primeiro encontro, tratou-se de uma organização sem um centro decisó-

⁶ Cidade famosa pela convenção realizada em 1914 por Emiliano Zapata, conhecida como a versão mexicana da Convenção da Revolução Francesa. Hoje, nome genérico dos lugares escolhidos para as assembléias dos neozapatistas e simpatizantes em qualquer parte do México. In: ARELLANO, Alejandro Buenrostro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Glossário.

⁷ Informações sobre os encontros Americano e Intercontinental contra o Neoliberalismo disponíveis em: <<http://www.eco.utexas.edu/faculty/cleaver/zapsincyber.html>>. Acesso em 13 jul. 2003.

rio, formado por uma assembléia bastante heterogênea constituída por associações de vizinhos, estudantes e jovens, grupos de ecologistas, ONGs, associações de bairro, de solidariedade ao movimento de Chiapas, grupos autônomos, meios de comunicação alternativos, sindicatos, particulares, entre outros. Tanto os que estavam envolvidos na organização como os participantes vinham de várias partes do mundo.

O segundo encontro se baseou nos temas e nos conteúdos que deveriam ser enfocados a partir da perspectiva das experiências de luta, sem que isso implicasse renunciar à discussão teórica sobre os mesmos, uma vez que o objetivo central era criar uma Rede de Lutas, segundo o compromisso assumido no Primeiro Encontro em Chiapas. Cada tema teve como ferramenta de análise as grandes questões discutidas em Chiapas: política, sociedade, economia e cultura, aos quais se agregaram também as questões de gênero.

O tema da definição e criação da Rede de Lutas esteve presente em todas as mesas, nas quais foram discutidas as questões do poder na sociedade e a rede como contra-poder, novas formas de fazer política, com quem fazer a rede e com que tipo de lutas e movimentos, como integrar os mais oprimidos/as em cada lugar do planeta. E nas conclusões práticas de cada mesa se firmaram critérios de organização para o estabelecimento da rede.

Em março de 1999, o EZLN convocou novamente os cidadãos mexicanos para uma nova consulta e, dessa vez, convidou formalmente cidadãos de outras partes do mundo. O objetivo dessa consulta era manifestar o respeito aos povos indígenas e pedir o fim da guerra de extermínio, que estava sendo realizada em Chiapas pelo governo mexicano. Participaram três milhões de mexicanos espalhados nos 2.500 municípios de todo o território do país. Já a consulta internacional ocorreu na Espanha, Itália, País Basco, Argentina, Uruguai, Japão, Coréia do Sul, África do Sul, França, Noruega, Suíça, Nicarágua, Israel, Grécia, Inglaterra, Irlanda, Austrália, Suécia, Canadá, Venezuela, Brasil, Porto Rico, Chile e Estados Unidos (MOLINA, 2000).

Em dezembro de 1999, ocorreu o II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo na cidade de Belém, no Estado do Pará, no Brasil. O encontro reuniu cerca de três mil pessoas, delegados de 24 países, entre eles, de 24 estados brasileiros, de 31 nações indígenas e de inúmeras organizações culturais, sociais e não-governamentais. O encontro tinha como principal intuito recuperar a diversidade do I Encontro Americano celebrado em Chiapas em abril de 1996 e dar continuidade ao debate lá iniciado. Como o encontro anterior, este também não apresentava um centro decisório e

uma organização hierárquica, mas contava com a ajuda de aproximadamente 35 organizações. Participaram indistintamente partidos políticos, comunidades indígenas e afro-americanas, governos, instituições e entidades das mais diversas.

Esses encontros possibilitaram o desenvolvimento de “brigadas” nos cinco continentes, ou seja, grupos ou indivíduos que, de acordo com o EZLN, enviariam suas idéias, informes, inquietudes e, principalmente, perguntas sobre como poderiam ajudar o movimento zapatista. Como exemplos desses grupos, podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Brasil – que foi um dos organizadores do II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo –, além de movimentos, como a *Plataforma de Solidariedad con Chiapas de Madrid*, na Espanha, e o *Irish Mexico Group*, na Irlanda, importantes participantes do II Encontro Intercontinental.

Manter contato com outras organizações é algo extremamente relevante para o EZLN. Apesar de afirmarem a importância de cada organização seguir com a sua estrutura própria, os zapatistas acreditam que se devem unificar demandas e bandeiras. Essa unificação permitiria estabelecer uma organização eficaz para conseguir o que se reivindica e, de preferência, por vias civis e pacíficas (MOLINA, 2000). No entanto, a unificação de demandas e bandeiras também ocorreu com grupos que não apresentavam uma causa própria, mas que apoiavam exclusivamente a causa zapatista. Como exemplo podemos citar os comitês de apoio europeus ao movimento zapatista, dos quais depende hoje a própria sobrevivência dos militantes zapatistas. De fato, o EZLN só não foi totalmente exterminado porque observadores estrangeiros sempre estiveram atentos aos passos do Exército mexicano, de perto ou a distância.

O *Irish Mexico Group*, por exemplo, é um grupo irlandês que mantém um importante acervo com documentos, comunicados e imagens do conflito em Chiapas desde 1994 até o presente. Seu principal objetivo é fazer com que outras pessoas se interessem pela situação zapatista, procurem se informar e, no limite, possam até se envolver com o movimento. As informações passadas pelo grupo são encontradas em um *site*,⁸ produzido exclusivamente para esse fim. A intenção maior do grupo irlandês é criar uma rede de comu-

⁸ *Site do Irish Mexico Group*: <<http://www.flag.blackened.net/revolt/mexico/html>>. Acesso em 7 ago. 2003.

nicação alternativa, na qual as informações possam ser discutidas com outras pessoas interessadas pela causa zapatista.

O grupo irlandês, além de ser um importante canal para facilitar o fluxo de informações, esteve presente em momentos decisivos para o EZLN. O grupo participou ativamente na consulta internacional realizada pelo zapatismo em 1999, realizando mesas de discussão pela Europa e convocando as pessoas a responderem às questões levantadas pelos zapatistas. O *Irish Mexico Group* enviou representantes aos dois encontros intercontinentais, além de ter participado ativamente na organização do segundo encontro, realizado na Espanha.

Outro comitê de participação ativa no II Encontro Intercontinental foi a *Plataforma de Solidariedad en Chiapas de Madrid*. O grupo surgiu em 1994, depois do levante zapatista, e tem como objetivos difundir e promover o debate sobre o projeto político e social zapatista, apoiar ativamente o EZLN e construir uma ponte com o sul mexicano para abarcar outros Estados e países da América Latina, como a Guatemala.

A *Plataforma* oferece sua solidariedade àqueles que lutam pela libertação dos oprimidos em geral e em Chiapas, em particular. De acordo com o próprio grupo, “sentimos que seu caminho é também nosso caminho aqui em Madri e sentimos que a revolução está marcada por uma abertura da consciência humana, (...) para assim chegar a um mundo onde não exista a injustiça nem o autoritarismo”.⁹

Por intermédio das suas páginas na Internet, a *Plataforma de Solidariedad con Chiapas de Madrid* transmite informações sobre o pensamento e as atividades do EZLN, assim como da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), além de informações sobre organizações mexicanas defensoras dos Direitos Humanos e de outros grupos que lutam pelo direito a terra, trabalho, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, justiça e democracia.

O grupo, integrado por voluntários, organiza discussões, debates, *shows* e outras atividades com o objetivo de arrecadar dinheiro para mandá-lo a Chiapas. Possui, por exemplo, uma exposição de fotografias das comunidades in-

⁹ Citação original: “Sentimos que su camino es también nuestro camino aquí en Madrid, y sentimos que la revolución está enmarcada con una apertura de la conciencia humana, (...) para así llegar a un mundo donde no exista la injusticia ni el autoritarismo” (tradução nossa). Disponível em: <<http://www.nodo50.org/pchiapas/>>. Acesso em 10 ago. 2003.

dígenas e vídeos documentários à disposição de escolas, institutos, centros culturais etc. Também dispõe de materiais como camisetas, músicas, livros e documentos relacionados aos zapatistas, que são expostos aos domingos pela manhã na Plaza de Tirso de Molina (Espanha), local onde também podem ser obtidas informações dos últimos acontecimentos em Chiapas.

A *Plataforma* colabora principalmente com as Brigadas Civis de Observação pela Paz, que funcionam desde 1995. Desde o levante indígena em Chiapas, o Exército mexicano vem aniquilando toda a possibilidade de resistência. O comitê contribui contra essa constante ameaça enviando pessoas para observar a atuação do Exército e das forças de segurança, assim como dos grupos paramilitares. A função dos observadores é manter informado o público e as instituições internacionais acerca dos acontecimentos nas zonas de conflito. Além disso, o comitê oferece também um aporte ativo, por meio da sua constante presença nas comunidades, para impedir que se deteriore as condições dos direitos humanos.

A prova de que esses acampamentos *in loco* funcionam está no fato de o governo mexicano colocar cada vez mais obstáculos para a entrada desses observadores internacionais. De acordo com o comitê, qualquer pessoa pode ser um observador, bastando apenas que tenha certa consciência social e um grande respeito pelas comunidades indígenas.

O interessante nesses movimentos é que seus integrantes não só assumem os riscos como se apropriam das demandas dos zapatistas. Dessa forma, a reivindicação pela terra, que é feita pelos grupos irlandês e espanhol, visa atender aos anseios dos mexicanos, no caso, os *chiapanecos*. O que os mobiliza não é a sensação de serem eles próprios oprimidos, discriminados ou excluídos, mas o sentimento de inconformismo com a situação vivida pelos indígenas mexicanos. Isso fica evidente, por exemplo, nesta convocatória para o II Encontro Intercontinental contra o Neoliberalismo, lançado na Internet:

Em todas as partes muitos/as nos sentimos inconformados. Muitos/as sentimos a necessidade de nos encontrar, de abrir espaços, de experimentar livremente nossa vida, de encontrar cúmplices, de construir juntos/as um presente digno que nada tenha a ver com os valores que hoje dominam. Por isso queremos seguir com o iniciado em Chiapas e tornar real a rede de resistências que se propôs ali.¹⁰

¹⁰ Citação original: "En todas partes muchos nos sentimos inconformes. Muchos sentimos la necesidad de encontrarnos, de abrir espacios, de experimentar libremente nues-

A rede social de que fazem parte os comitês espanhol e irlandês cria e difunde a solidariedade a partir da temática dos direitos humanos, dos quais valores como democracia, liberdade e justiça são a base. O compartilhamento de tais valores institui uma solidariedade transnacional que, por sua vez, impulsiona a busca de respostas para problemas globais, como a questão da violação dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, essa iniciativa também impulsiona grupos e indivíduos para uma ação mais efetiva, como a presença de observadores em Chiapas. Por outro lado, a participação ativa da sociedade civil organizada tem produzido também efeitos mais amplos nas relações internacionais, ou seja, tem influenciado as decisões do Estado.

O maior exemplo dessa influência, no caso do conflito em Chiapas, está no fato do trabalho do observador internacional se basear em acordos internacionais. No dia 3 de abril de 1998, os 53 países que formam parte da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas – entre eles o México – adotaram por consenso a Declaração sobre o Direito e o Dever dos Indivíduos, dos Grupos e das Instituições de Promover e Proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidas.¹¹ Embora esse estatuto ainda não esteja ratificado como lei vigente na legislação, a assinatura do México nas Nações Unidas implica um compromisso formal para que essa resolução seja posta em prática.

É evidente que os efeitos produzidos pelas ações das redes solidárias de movimentos sociais são relativamente pequenos em comparação com o papel exercido pelos Estados-nações nas relações internacionais. Mas o nosso intuito, aqui, não é o de avaliar ou medir o “sucesso” dos movimentos sociais exclusivamente com base no modo como suas demandas são processadas – e se o são – no interior da estrutura estatal, mas lançar nova luz sobre o modo como os discursos e práticas dos movimentos sociais podem desestabilizar e, assim, transformar os discursos dominantes e as práticas excludentes da democracia existente.

tra vida, de encontrar cómplices, de construir juntos un presente digno que nada tenga que ver con los valores que hoy dominan. Por eso queremos seguir con lo empezado en Chiapas y hacer realidad la red de resistencias que se propuso ahí” (tradução nossa). Disponível em: <<http://www.eco.utexas.edu/faculty/cleaver/zapsincyber.html>>. Acesso em 10 ago. 2003.

¹¹ Informação retirada no *site* da Plataforma de Solidariedad con Chiapas de Madrid. Acesso em 10 ago. 2003.

A análise da solidariedade transnacional nos remete à articulação dos movimentos sociais em redes solidárias contra os processos político, econômico e cultural predominantes no mundo hoje. Por intermédio dessas redes sociais, os zapatistas puderam captar e difundir a dimensão da experiência dos excluídos, dos indígenas camponeses de Chiapas e, ao catalisarem os fluxos comunicativos dos setores mais periféricos da sociedade, conseguiram agir como ativos interlocutores dos problemas locais e nacionais, transmitindo essa realidade para o cenário internacional como se fosse um problema global causado pela política econômica neoliberal.

O desenvolvimento de redes de movimentos sociais é decorrência, em primeiro lugar, do desenvolvimento da tecnologia de informação, que propicia o suporte material para que, por meio da comunicação, haja a permuta de idéias, valores, experiências, práticas e pessoas. A Internet passou a ser um instrumento de contato virtual – ou mesmo um espaço virtual – entre indivíduos e grupos desejosos de se comunicarem e debaterem publicamente questões de interesse coletivo, sem a presença burocrática de qualquer instituição formal. A esfera pública virtual estabelecida por meio da Internet possibilitou novas formas de relações sociais sob o espaço de fluxos, no qual não há uma organização hierárquica com um centro decisório dominante, mas, ao contrário, institui-se como uma rede solidária formada por atores sociais de valores iguais e ansiosos por lutar pela mesma causa. A Internet, ao estabelecer uma nova forma de comunicação, também estabelece novas relações sociais, baseadas na solidariedade em nível transnacional.

Por meio da rede de computadores e sob o controle do fluxo de pronunciamentos e informações pelos zapatistas, a situação dos indígenas e camponeses *chiapanecos* se tornou conhecida em todo mundo. Por meio da Internet foi possível também a organização de encontros regionais, continentais e intercontinentais, que estabeleceram os contatos diretos com outros movimentos também contrários à ordem vigente.

O diálogo entre o zapatismo e a sociedade civil tem como intuito modificar e transformar, de forma gradual, a cultura política vigente em seu país e no mundo, tornando os indivíduos sujeitos de ação participativa nas decisões políticas. Apesar de ser, sob certos aspectos, pretensiosa, a ação dos zapatistas tem contribuído para o surgimento de uma consciência pública, à qual os indivíduos são atraídos por valores de projeção transnacional. De acordo com Slater (2000), democracia, liberdade e justiça, bases das demandas zapatistas, representam o potencial para minar e enfraquecer a solidez dos sistemas

políticos contemporâneos. E essas demandas às vezes se cruzam com as de outros movimentos sociais preocupados, por exemplo, com o meio ambiente e os direitos humanos.

O compartilhamento de valores incita a uma mesma visão da realidade e à institucionalização de uma ação conjunta. No entanto, as ligações entre o EZLN e outros grupos solidários se caracterizam, principalmente, por serem tênues e intermitentes. A não-institucionalização de tais ligações impede a consolidação de padrões coletivos de ação entre os movimentos sociais, ou seja, impede uma ação uniforme para a resolução de problemas comuns.

O EZLN se estabelece em uma rede social que tem como base material um instrumento de comunicação não formal na política tradicional, a Internet. Por outro lado, o zapatismo realiza encontros esporádicos de caráter apenas organizativo, nos quais são debatidas idéias e experiências. O movimento é, ainda, adepto da idéia de se fazer democracia apenas a partir do diálogo com a sociedade civil, formada por atores não convencionais na política internacional. O caráter não-institucional dessa forma de se fazer política é, ao mesmo tempo, uma alternativa ao *status quo* e um obstáculo para a realização de uma “nova forma” de política, sobretudo se levarmos em consideração que, a partir da abordagem construtivista, a possibilidade da tomada de decisões no âmbito das relações internacionais requer o estabelecimento institucional de uma maneira específica de ver a realidade, ou seja, ações, idéias e experiências de atores sociais no sistema internacional devem ser movidas por práticas moldadas e repetidas ao longo do tempo por todos atores envolvidos, para que se tornem inteligíveis a todos.

A dificuldade para os movimentos sociais se tornarem atores decisivos nas relações internacionais não é apenas teórica, mas reflete-se também na prática: a idéia do estabelecimento de uma esfera pública transnacional, nos moldes da Rede de Lutas do movimento zapatista – formada a partir de atores oriundos da sociedade civil para a resolução de problemas globais –, torna-se quase impossível devido às dificuldades relativas à sua institucionalização. Sobretudo se considerarmos as cosmovisões políticas dominantes e, em particular, a vigência do conceito de soberania nacional e o uso praticamente “exclusivo”, por parte dos Estados, de qualquer representação pública no cenário internacional (LEIS, 1995).

Além do Estado-nação, outro ator que dificulta o estabelecimento de uma esfera pública transnacional é a própria sociedade civil, que, segundo Olvera (2002), não tem capacidade de representação de interesses em conjunto,

uma vez que é um bloco multicolorido de associações heterogêneas. Por definição, a sociedade civil constrói cenários múltiplos, tanto quanto diversos sejam os atores, temas e interesses em jogo. Assim, a principal forma de ação da sociedade civil é a ação da influência, isto é, da pressão indireta que se exerce apelando à crítica, ao convencimento e ao consenso.

Não obstante tudo isso, devemos ampliar nosso olhar para perceber a contribuição dos movimentos sociais para a consolidação de uma verdadeira democracia, algo visível, por exemplo, na proliferação de múltiplas esferas públicas – encontros, plebiscitos, debates no espaço virtual etc. Essas novas esferas públicas de representação, negociação e interlocução representam um campo democrático em construção, que aponta para a possibilidade de repensar e expandir os parâmetros da democracia não apenas para espaços circunscritos à política institucional, mas também para espaços onde haja exclusão sociocultural, de gênero, racial e econômica (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000), ou seja, para todas as ordens da vida social.

Finalizando, podemos concluir que a solidariedade transnacional representa uma força impulsionadora da mudança do comportamento social, a qual se processará em longo prazo, e que eclodirá em uma política verdadeiramente democrática e participativa, em que atores não convencionais da sociedade civil possam pelo menos influenciar, como importantes grupos de pressão e crítica, na construção de agendas e na tomada de decisões ao nível internacional. E de acordo com o EZLN, essa mudança deve ser, antes de tudo, uma mudança permanente da consciência individual.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyse the transnational solidarity established between social movements, using the EZLN of Chiapas, southern Mexico, as a case study. This case study is specially relevant because it deals with the first Latin American social movement to use the Internet extensively and to stimulate international meetings with other social movements so as to establish solidarity networks to promote more effective results. The need to understand the significance of transnational solidarity between social movements to international relations justifies such a study. Social movements networks emerge as a critical counterpoint to the current worldwide economic, political and social process.

The knowledge of solidarity networks is useful for understanding the role of civil society agents organized as pressure groups capable of influencing the construction of international agendas. Thus, this article suggests that transnational solidarity is the catalyst that propels those agents to think, exchange ideas and act at international level as a means to search for solutions to global problems, which can mean changes in the behaviour of States, even to the point of influencing decision making in international relations.

Key words: Transnational solidarity; Floes space; Solidarity networks; Social movements; Public sphere.

Referências

- ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, Revista de cultura e política. São Paulo: Cedec, n. 47, p. 201-239, 1999.
- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Introdução, p. 15-57.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. v. 1.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. v. 2.
- DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- USER, Igor. **México em transe**. São Paulo: Scritta, 1995.
- YALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- IASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker. Knowledge-based theories: ideas, arguments, and social identities. In: **Theories of international regimes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Cap. 5, p. 136-92.
- IOPF, Ted. The promise of constructivism in international relations theory. **International security**. Harvard: Harvard College, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.
- LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e democracia. Necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, n. 28, ano 10, p. 55-68, 1995.
- MAIA, Rousiley C. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: UnB, 2002. Cap. 6, p. 107-124.
- MOLINA, Iván. **El pensamiento del EZLN**. México D. F.: Plaza y Valdés, 2000.
- MUNES, Américo. **As revoluções do México**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino. A rebeldia zapatista no México. In: ARELLANO, Alenjandro Buenrostro y; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Chiaças: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 51-58.
- OLIVERA, Alberto J. Sociedade civil e governabilidade no México. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 331-360.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural. Ativismo político a distância na comunidade transnacional imaginada – virtual. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. XII, p. 465-502.
- RUBEN, Guillermo Raúl. Empresários e globalização. Prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação. **Dados**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 36, n. 2, p. 71-86, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilsen. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SLATER, David. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais. Questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. XIII, p. 503-533.